

Pauta com 36 propostas deve movimentar Senado esta semana

Emendas constitucionais como a que cria o FEF (em segundo turno) e a que prevê autorização para contratar professores estrangeiros (em primeiro turno) estarão na ordem do dia

Gilvam teme novos prejuízos para o Norte

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) teme que a demora na votação da lei orçamentária para 1996 resulte na situação que, no ano passado, levou o governo a liberar duodécimos mensalmente para realizar a despesa da União. A maior preocupação do parlamentar está no fato de que, dessa forma, os estados do Norte terminam sendo os mais prejudicados, porque são os que mais necessitam de recursos federais. Gilvam lembrou que aqueles estados dependem fundamentalmente de investimentos do governo federal para a realização de obras de infra-estrutura básica. **Página 2**

NESTA EDIÇÃO

Emília condena mudanças na aposentadoria

Página 4

Nabor propõe intercâmbio com o Peru

Página 4



Suplicy apoiou proposta encaminhada pela Abrinq

Suplicy cobra medidas para combater trabalho infantil

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou para a necessidade de o governo adotar medidas destinadas a combater o trabalho infantil no país. Ele endossou sugestões encaminhadas pela Fundação Abrinq, no sentido de impedir a exploração de crianças no cultivo e corte da cana-de-açúcar.

Salientando que o combate à utilização da mão-de-obra de menores de 14 anos deve ser feito em todos os setores, Suplicy disse que, embora ajudando seus pais no sustento familiar, as crianças que deixam a escola acabarão tendo, na idade adulta, dificuldades para alcançar remuneração adequada.

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança sugere que os financiamentos do

Proálcool sejam condicionados "à cláusula da eliminação do trabalho infantil", a exemplo do chamado Protocolo Verde, que condiciona financiamentos com recursos públicos à análise do impacto ambiental do projeto.

A proposta tem em vista a informação de que o governo anunciará nesta semana uma série de medidas de incentivo ao Proálcool. Segundo Suplicy, o presidente da entidade, Oded Grajew, sugere a imediata formação de um grupo de trabalho, integrado por representantes dos Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo, de Minas e Energia, do Trabalho, da Justiça e da Educação, visando à eliminação do trabalho infantil no setor sucroalcooleiro.

O plenário do Senado vota nesta quarta-feira em primeiro turno a proposta de emenda constitucional que autoriza as universidades e as instituições de pesquisa científica e tecnológica a contratarem professores, técnicos e cientistas estrangeiros. Oriunda da Câmara dos Deputados, a proposta também concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

A pauta dos trabalhos do plenário para esta semana compõe-se de 36 itens, entre propostas de emenda, projetos de leis, projetos de resoluções e projetos de decretos legislativos.

Já amanhã será iniciada a discussão em segundo turno das propostas de emendas à Constituição que dispõem sobre o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a flexibilização do monopólio do resseguro no país. Na quinta-feira, haverá a votação da redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em decorrência das alterações feitas pelo Senado, a proposição voltará ao exame da Câmara.

Na quarta-feira o plenário deve deliberar ainda, em regime de urgência, sobre 10 projetos de decretos legislativos renovando concessões de emissoras de rádio.

Gilvam: demora no Orçamento prejudica Norte

Esquema de liberação de duodécimos não contempla estados da região, que são os que mais necessitam de recursos federais para realizar obras de infra-estrutura

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestou receio de que a demora na votação da lei orçamentária para 1996 resulte na situação que, no ano passado, levou o governo a liberar duodécimos mensalmente para realizar a despesa da União. A maior preocupação do parlamentar está no fato de que, dessa forma, os estados do Norte terminam sendo os mais prejudicados, porque são os que mais necessitam de recursos federais.

Gilvam lembrou que aqueles estados dependem fundamentalmente de investimentos do governo federal para a realização de obras de infra-estrutura básica, essenciais para a solução dos graves problemas sociais que enfrentam. Sem a aprovação do orçamento, segundo Gilvam Borges, os municípios brasileiros dependentes desses recursos só poderão assinar convênios com a União até o mês de junho.

EDUCAÇÃO

No mesmo pronunciamento, Gilvam Borges elogiou a

atuação do ministro Paulo Renato à frente do Ministério da Educação. Disse o senador que, em recente visita a vários municípios amapaenses, pôde constatar que a política do Ministério da Educação para a qualificação do ensino está surtindo efeitos valiosos. Conforme o senador, os recursos do MEC estão sendo administrados por associações de pais, mestres e alunos, conforme as necessidades educacionais de cada região.



Gilvam Borges

Para Gilvam, só a educação poderá garantir a melhoria de vida das populações mais carentes e propiciar o desenvolvimento brasileiro. Como exemplo, ele mencionou a experiência do Japão, que investiu fartamente em educação, no pós-guerra.

- O Brasil atravessa no momento crise moral terrível, mas haveremos de construir uma nação onde todos os brasileiros se orgulhem de sua contribuição para o desenvolvimento"- ressaltou.

Mais 11 projetos prontos para votação

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ao plenário, na sessão de sexta-feira, o encerramento do prazo de apresentação de emendas a onze projetos de lei, entre eles o que prevê a extinção progressiva dos manicômios e dois outros, de iniciativa do presidente da República, autorizando a União a delegar aos estados e municípios a administração e exploração de rodovias e portos

federais, e alterando dispositivos do Código Penal.

A proposta de extinção dos manicômios já foi aprovada na Câmara, e, embora estabeleça a substituição da internação por recursos assistenciais, vem enfrentando resistências, em especial de associações de parentes de pacientes psiquiátricos, que temem a deterioração das condições de atendimento aos doentes.

Com o encerramento do prazo de emendas, os projetos serão incluídos na Ordem do Dia das sessões subsequentes, para votação pelo plenário.

A Mesa também recebeu solicitação do senador José Eduardo Dutra no sentido de acelerar a apreciação de duas matérias de sua autoria. São os projetos que concedem anistia a trabalhadores punidos por participação na última greve dos petroleiros.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

11h - Recebe o presidente do Peru, Alberto Fujimori.
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

COMISSÕES

17h - Reunião de instalação da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.304/96, que "dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares".
Pauta: Eleição do presidente e do vice-presidente, e designação do relator. Local: Sala 04 da Ala senador Nilo Coelho.

Previsão de trabalhos do Plenário para a semana

Dia 27 (terça-feira), 14h30 - Sessão deliberativa

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC 68/95,

que trata do Fundo de Estabilização Fiscal, nova denominação do Fundo Social de Emergência; e primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC 01/96, que flexibiliza o monopólio de resseguros.

Dia 28 (quarta-feira), 14h30 - Sessão deliberativa

Pauta: Votação em primeiro turno da PEC 61/95, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras, e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica; segundo dia de discussão em segundo turno da PEC 68/95, que trata do Fundo de Estabilização Fiscal, nova denominação do Fundo Social de Emergência; e segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC 01/96, que flexibiliza o monopólio de resseguros.

Dia 29 (quinta-feira), 14h30 - Sessão deliberativa

Pauta: Votação da redação final do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC 68/95, que trata do Fundo de Estabilização Fiscal, nova denominação do Fundo Social de Emergência; terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC 01/96, que flexibiliza o monopólio de resseguros.

José Dutra defende anistia para petroleiros

Senador pede votação de projetos de sua autoria que cancelam punições e cobrança de multa a entidades sindicais



Odacir Soares

Odacir elogia desempenho da Eletrobrás

A iniciativa da Eletrobrás visando angariar novos investimentos para o setor energético brasileiro, através da participação em seminário realizado nos Estados Unidos no início do mês, foi elogiada em pronunciamento feito pelo senador Odacir Soares (PFL-RO).

O senador ressaltou que, sendo levado constantemente a efetuar a crítica de desacetos, ao exercer a prerrogativa parlamentar de fiscalização das atividades de empresas públicas, foi "agradavelmente surpreendido com a necessidade de aplaudir um feito de uma de nossas mais sólidas e eficientes empresas estatais" - a Eletrobrás.

Odacir destacou a participação do diretor de Operação de Sistemas da empresa, Mário Fernando de Melo Santos, no seminário "O Futuro da Geração de Energia no Brasil", realizado em Houston, no estado do Texas (EUA), de 5 a 7 de fevereiro, ressaltando o esforço feito pelo engenheiro, no sentido de aliciar futuros parceiros para investirem com a Eletrobrás na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil.

Esgotado o prazo para apresentação de emendas aos projetos de anistia dos petroleiros punidos por ocasião da greve de maio de ano passado e de cancelamento de multas impostas a entidades sindicais, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) fez na sexta-feira um apelo para que a matéria seja votada logo em plenário. Os dois projetos são de sua autoria e já foram aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas o senador receia que manobras protelatórias dificultem sua aprovação.

- Meu apelo é para que se possibilite a aprovação desses projetos para acabar com o clima de tensão que vive a categoria em decorrência dessas punições absurdas - disse o parlamentar.

Dutra informou que a sede do Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas, situada em Aracaju, poderá ir a leilão no



José Eduardo Dutra

final deste mês, para pagamento de parte da multa de R\$ 2,1 milhões, imposta pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O senador apelou também para que as lideranças do governo não obstruam a votação. "Os projetos estão em condições de serem votados, mas se as lideranças do governo fizerem manobras regimentais, isso não acontecerá. Por isso é importante que todos estejam imbuídos desse sentimento de pacifi-

cação da relação entre sindicatos, petroleiros e Petrobrás". Dutra também informou que o assunto já ganhou repercussão internacional, desde que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomendou que o governo brasileiro não permitia a execução dos bens da federação dos petroleiros.

Para amparar seu argumento de que a matéria deve ser aprovada logo em plenário, Eduardo Dutra disse que os projetos foram aprovados por unanimidade na Comissão de Justiça. Ele sustenta que o assunto é urgente porque o leilão da sede do sindicato está marcado para o próximo dia 29, devendo entrar em leilão também a sede do sindicato do Rio Grande do Norte. O senador lembrou que os petroleiros entraram em greve em decorrência do não-cumprimento de acordo por parte do governo Itamar Franco e do presidente da Petrobrás, Joel Rennó.

Sarney condena proposta de privatização da Vale

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a condenar na sexta-feira a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pretendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. "A Vale não deve ser privatizada, este é o meu ponto de vista que fica cada vez mais consolidado", afirmou Sarney.

Para o presidente do Senado, o governo deve considerar, nesse processo, as resistências políticas que representam o interesse nacional. Ele lembrou também que no próximo mês deverá entrar em regime de

votação pelo plenário projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que remete ao Legislativo o poder de autorizar ou não a privatização da Vale do Rio Doce. Pela legislação em vigor, a decisão sobre privatizações fica unicamente no âmbito do Executivo, que detém poder discricionário para eleger as estatais passíveis de transferência para a iniciativa privada.

VOTAÇÕES

Sarney reafirmou também o compromisso do Senado de continuar em ritmo acelerado a apreciação e votação das propostas de emendas constitui-

onais em tramitação no Congresso. Para ele, o Senado manterá a observância de prazos mínimos, repetindo a sistemática implantada no ano passado. Além disso, adiantou Sarney, deverão ser votados nos próximos meses os projetos de Códigos Civil e de Trânsito, e normas que alteram o Código de Mineração.

FUJIMORI

O presidente do Peru, Alberto Fujimori, será recebido hoje, às 11 horas, pelo presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney. A visita ao Congresso tem caráter protocolar.

Previdência: Emília é contra adoção do tempo de contribuição

Mudança de critério para aposentadoria vai prejudicar milhares de trabalhadores e desempregados, alerta senadora

A adoção do critério do tempo de contribuição para a aposentadoria é um dos principais pontos negativos da proposta do governo para a reforma da Previdência, afirmou, em entrevista, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Na sua opinião, milhares de cidadãos que trabalharam sem assinar carteira no passado seriam prejudicados caso esse dispositivo seja aprovado na reforma.



Emília Fernandes

- Nós sabemos que são muitos os trabalhadores que teriam dificuldades em buscar uma aposentadoria. Esses seriam somados a outros milhares de desempregados que também chegariam ao final de suas vidas sem reunir condições para a aposentadoria - ressaltou a senadora, anunciando que lutará por uma proposta que mantenha a aposentadoria por tempo de serviço.

Emília Fernandes defendeu, ainda, a administração quadripartite da Previdência, "onde o trabalhador, o aposentado, o governo e a sociedade teriam sua participação efetiva".

A senadora também destacou a sua posição em relação ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), salientando que oito anos de mandato parlamentar "não deveriam dar direito a aposentadoria especial, em vista das inúmeras dificuldades que o cidadão comum tem para se aposentar".



Nabor Júnior

Nabor defende intercâmbio com o Peru

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a visita do presidente peruano Alberto Fujimori ao Brasil, a partir deste fim de semana, representa excelente oportunidade para intensificação do intercâmbio comercial, cultural, científico e tecnológico entre os dois países. Nabor espera que a visita resulte principalmente na concretização de tratado celebrado ainda no governo João Figueiredo, visando a uma saída para o Pacífico com a interligação do sistema rodoviário brasileiro ao peruano.

A ligação rodoviária já existe, mas funciona precariamente, disse o senador, informando ter conhecimento de que o governo do Peru está empenhado na realização efetiva do tratado e que a estrada internacional permitirá ao mercado produtor brasileiro o acesso a 25 milhões de consumidores peruanos e maior intercâmbio comercial com as nações asiáticas, principalmente o Japão. "Para a região Norte, e fundamentalmente para o Acre, poderá ser a redenção econômica", previu o senador.

Benedita apóia pesquisa sobre raízes africanas nas Américas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a concessão de apoio oficial do governo brasileiro ao projeto "A Rota dos Escravos", elaborado pela Unesco (Fundação das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), visando à realização de pesquisa científica e antropológica sobre a dispersão da população africana pelas Américas, além de promover o turismo cultural e o estreitamento dos laços comuns entre os países onde vivem os descendentes dos antigos escravos.

O envolvimento brasileiro no projeto foi solicitado pela ministra da Cultura de An-

gola, Ana Maria de Oliveira, que aproveitou recente visita oficial ao país para expor a proposta à representante do PT.

- O trabalho, de acordo com seus coordenadores, não tem por objetivo o espírito de revanchismo, mas tão-somente buscar a verdade que permitirá reescrever um período triste da história, especialmente a questão do tráfico negreiro, suas consequências sobre o processo de desenvolvimento do continente africano e de seus des-



Benedita da Silva

centes nos países da diáspora negra - afirmou a senadora.

Para Benedita da Silva, o apoio ao projeto tem outra conotação importante, que é o estreitamento de laços com Angola:

- Refazer a rota dos escravos é nos solidarizarmos com Angola, este país irmão que, num esforço supremo, ressurge dos escombros da guerra, e precisa de todo o apoio internacional, para que seu povo retome, com orgulho e de cabeça erguida, o seu espaço.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■

Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mircia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraila F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.